



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ATA N.º 183 – SESSÃO SOLENE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Aos **treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove**, às dezesseis horas, reuniu-se o egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sob a **presidência do Exm.º Sr. Des. Luiz Carlos Santini**, em sessão solene de **Comemoração dos 30 Anos da Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul**. Estiveram presentes os Exm.ºs Srs. Juízes Membros deste Tribunal: **Des. Rêmolto Letteriello, Miguel Florestano Neto, Marco André Nogueira Hanson, André Luiz Borges Netto, Paulo Rodrigues e Sílvio Pereira Amorim**, Procurador Regional Eleitoral Substituto. Ausente, justificadamente, o Dr. **Ary Raghiant Neto**. Ainda, **encontravam-se presentes à solenidade**: senadores, deputados federais e estaduais, secretários de Estado, autoridades militares, policiais e eclesiásticas, desembargadores, procuradores, conselheiros do Tribunal de Contas, prefeitos, vereadores, superintendentes de órgãos federais e estaduais, juízes federais, do Trabalho e de Direito, promotores, advogados, membros do TRE de biênios anteriores, reitores, representantes das entidades da sociedade civil, diretores de Tribunais e de empresas privadas, homenageados desta solenidade, além de outras autoridades constantes da lista de presença, arquivada pelo cerimonial desta Casa, amigos, familiares e servidores da Justiça Eleitoral.

Foram convidados a compor a mesa, os Excelentíssimos Senhores: **Rafael Coldibelli Francisco**, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; Deputado **Jerson Domingos**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul; **Desembargador Josué de Oliveira**, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; **Nelson Trad Filho**, Prefeito Municipal de Campo Grande; **Paulo Siufi Neto**, Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Grande; e **João Rocha**, Diretor Regional dos Correios.

Após a composição da mesa, o **Coral das Meninas Cantoras de Porto Murtinho** fez uma apresentação de músicas regionais. O Projeto *Coral das Meninas Cantoras de Porto Murtinho* é composto por 100 crianças e adolescentes, com idade entre oito e dezesseis anos, atendidas pelos programas sociais PETI e Bolsa-Família e outros da comunidade local. Tem como objetivo propiciar novos conhecimentos, valorização da cultura regional e local, descoberta de novos talentos e inclusão e integração social. O grupo recebe, além dos conhecimentos musicais, aulas de língua espanhola e inglesa, informática, trabalhos manuais, acompanhamento escolar e psicológico. O coral já gravou dois CDs experimentais e participam de eventos turísticos e culturais em Mato Grosso do Sul. Nesta apresentação o coral é composto por 55 meninas e é regido pelo maestro Luiz Quirino. As Meninas Cantoras de Porto Murtinho executaram um *pot-pourri* de músicas regionais. Em seguida, todos foram convidados a acompanhar a execução do **Hino Nacional Brasileiro** apresentado pelo referido Coral.

Então, o Desembargador Luiz Carlos Santini, cumprimentando as autoridades, familiares, servidores e demais convidados presentes, declarou aberta a sessão solene em **Comemoração dos 30 Anos de instalação da Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul**.

Como parte das comemorações, houve o lançamento da **Bolsa Ecourna**.

Com a palavra a Senhora **ALIR TERRA LIMA TAVARES**, Diretora-Geral deste Tribunal Regional Eleitoral: *O Presidente deste Tribunal, Desembargador Luiz Carlos Santini, no seu discurso de posse, traçou metas a serem seguidas pelos seus comandados. Incluiu no seu programa além dos princípios que regem a administração pública, o da legalidade, eficiência e economicidade, o respeito ao meio ambiente. Sendo esta Justiça, a guardiã da cidadania, havia a necessidade de continuar promovendo a inclusão social e o exercício do voto consciente. Nesse passo, coube a nós, servidores desta Justiça especializada, dar cumprimento*

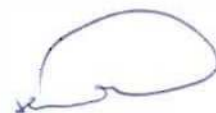


Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*ao planejamento instituído pelo Presidente, almejando, sempre, a perfeição. O direcionamento traçado nos conduz à leitura de que as responsabilidades dos agentes públicos devem ultrapassar as tênues linhas grafadas nas legislações e regulamentos, de modo que buscamos, diante do iminente descarte de urnas de lona inservíveis, em razão da implantação do nosso moderno processo eleitoral eletrônico, proceder ao aproveitamento delas, reciclando o material, de modo a oportunizar trabalho às reeducandas do Estabelecimento Penal Feminino desta Capital, e poupar o meio ambiente de mais esse resíduo. O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ofício Circular 872, de 15 de outubro de 2009, solicitou ao Desembargador Luiz Carlos Santini, que prestasse apoio na divulgação da Campanha **Começar de Novo**, encabeçada por aquele conselho, com o objetivo de sensibilizar a população brasileira sobre a necessidade de reinserir, no mercado de trabalho e na sociedade, presos ou egressos do sistema carcerário. Nesse sentido a Administração deste Regional tem procurado atender às expectativas da sociedade, realizando ações que marquem um diferencial e contribuam para a criação de uma consciência ambiental e social que nos conduza a uma nação ecologicamente equilibrada e que dê oportunidade a todos de participarem da construção de um país melhor. A pasta ECOURNA foi desenvolvida através da parceria deste Tribunal com a empresa Agosto Uniformes que possui unidade fabril no Estabelecimento Penal Feminino desta Capital. Com essa ação, duas finalidades foram alcançadas: a ressocialização do preso, mediante a educação profissional e do trabalho, e o respeito ao meio ambiente. Assim, este Tribunal, promoveu a materialização do ideal traçado pelo Conselho Nacional de Justiça, colocando Mato Grosso do Sul na vanguarda das ações de responsabilidade social das instituições públicas. O Projeto **Vestindo a Liberdade** tem consonância direta com o foco desta Administração e na irretocável lição do jurista uruguaio Eduardo Galeano que explica: “A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ele se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isto: para que eu não deixe de caminhar”. Muito obrigada.*

Então, o Desembargador Presidente presenteou os integrantes da mesa de honra com um exemplar da bolsa Ecourna

Em continuidade à solenidade, foi convidado o Senhor João Rocha, Diretor Regional dos Correios em Mato Grosso do Sul, para conduzir a cerimônia de lançamento do Carimbo Comemorativo e Selo Personalizado relativo aos 30 Anos da Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul, enquanto no telão foram reproduzidas as imagens do Carimbo Comemorativo e Selo Personalizado. O Selo Personalizado foi produzido pelos Correios por solicitação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e será de seu uso exclusivo. O Carimbo Comemorativo se destina a difundir os fatos nacionais e internacionais relevantes, entidades e personalidades que se destacaram nos mais diversos segmentos socioculturais, perpetuando o motivo, a data e o local em que os eventos são comemorados. Este ato solene colocou o carimbo, oficialmente em circulação em todo território nacional e internacional. Com o lançamento do Carimbo Comemorativo e Selo Personalizado, os Correios prestam uma homenagem à Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, órgão vital para a manutenção da segurança jurídica do processo eleitoral democrático do Brasil. O compromisso desta Justiça é consagrar a vontade eleitoral e democrática da população sul-mato-grossense e ela, ao longo de seus 30 anos de serviços prestados ao cidadão, tem procurado escrever sua história baseada em condutas irrepreensíveis, exercendo a prestação jurisdicional e administrativa com imparcialidade, celeridade, independência e transparência. O carimbo traz os seguintes dizeres: *Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul – 30 Anos – Tribunal Regional Eleitoral – 1979 – 2009*. O Selo Personalizado é composto de duas partes: na primeira, a bandeira nacional





Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

tremulando ao vento compõe o plano secundário e emoldura o mapa do Brasil, preenchido pelas flores do ipê – árvore símbolo nacional. A segunda parte é composta pela logomarca dos 30 anos desta Justiça e a inscrição: *Celebrando a cidadania – TRE – MS*.

O Senhor João Rocha, convidou o Desembargador **Jesus de Oliveira Sobrinho**, que participou da instalação deste Tribunal e exerceu a primeira presidência do TRE/MS, no biênio 1979/1980, a efetuar a primeira obliteração com o Carimbo Comemorativo. Em seguida, foram convidados os Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Rêmolo Letteriello**, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e **Luiz Carlos Santini**, Presidente deste Tribunal Regional, para efetuarem, respectivamente, a segunda e a terceira obliteração com o Carimbo Comemorativo. O Desembargador Presidente deste Tribunal recebeu uma réplica do carimbo comemorativo, que ficará exposto no centro de memória deste Regional.

Com a palavra **O SENHOR JOÃO ROCHA**: *Neste ato, lançamos o selo personalizado e o carimbo comemorativo do aniversário de 30 anos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS. Os carimbos são marcos que registram e ajudam a difundir personalidades e instituições que se destacam em sua área de atuação. Após esse lançamento, este carimbo segue para nossa agência filatélica do Shopping Campo Grande, onde ficará por trinta dias obliterando todas as correspondências, e, em seguida, vai ao Rio de Janeiro para a nossa central de filatelia, onde ficará por mais 120 dias à disposição dos colecionadores dos 191 países e territórios filiados à União Postal Universal. Passado esse prazo, segue para Brasília, onde vai fazer parte do acervo do Museu Postal Telegráfico dos Correios. Então, mais do que divulgar, mais do que informar, os Correios querem registrar as contribuições que este Tribunal tem dado à sociedade sul-mato-grossense. Queremos que as futuras gerações conheçam um pouco do trabalho desta Corte de Justiça. Parabenizamos a Justiça Eleitoral pelos seus 30 anos em Mato Grosso do Sul.*

Ainda, houve o lançamento do cartão telefônico produzido em parceria com a empresa de telecomunicações Oi, oportunidade em que foi reproduzido no telão.

Dando início à entrega das Medalhas Comemorativas a pessoas físicas e jurídicas que contribuíram, destacadamente, para o engrandecimento e eficiência, com parcerias, prestação de serviços e cobertura da imprensa nas atividades desenvolvidas por esta Justiça Especializada ao longo de seus trinta anos de existência, foram convidados para receber a medalha das mãos do Desembargador Presidente as seguintes autoridades da categoria **Governadores**: HARRY AMORIM COSTA (*in memoriam*), representado por seu filho José Carlos Giordano da Costa; PEDRO PEDROSSIAN, representado por sua esposa, Maria Aparecida Pedrossian; MARCELO MIRANDA SOARES e JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS. Da categoria **Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**: os Desembargadores JESUS DE OLIVEIRA SOBRINHO; SÉRGIO MARTINS SOBRINHO; LEÃO NETO DO CARMO (*in memoriam*), representado pela viúva, Kei Uema; GERVAL BERNARDINO DE SOUZA (*in memoriam*), representado por seu filho Paulo César Pinto de Souza; HIGA NABUKATSU; MÍLTON MALULEI (*in memoriam*), representado pela viúva, Terezinha Malulei; NELSON MENDES FONTOURA, GILBERTO DA SILVA CASTRO, RÊMOLO LETTERIELLO, JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA, RUBENS BERGONZI BOSSAY e JOÃO CARLOS BRANDES GARCIA.

O Desembargador Rêmolo Letteriello entregou as medalhas para a categoria **Corregedores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**: Desembargadores JOSÉ RIZKALLAH e NILDO DE CARVALHO.

O Desembargador Presidente entregou as medalhas para a categoria **Procuradores Regionais Eleitorais**: DAVI ROSA BARBOSA, LUIZ DE LIMA STEFANINI, SÍLVIO PEREIRA AMORIM e DANILCE VANESSA ARTE ORTIZ CAMY.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

O Juiz-Membro Miguel Florestano Neto entregou as medalhas para a categoria **Diretores-Gerais**: MIGUEL FONSECA DE CAMPOS, Diretor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, representado pelo Secretário de Gestão da Informação do TSE, Wadson Silva Faria; AMAURY PAES BARRETO, Diretor-Geral do TRE/MS de 1979 a 1981, e ECYCLES FERREIRA (*in memoriam*), Diretor-Geral do TRE/MS de 1982 a 2001, representado por seu filho Renato Glagau Ferreira.

O Desembargador Presidente entregou as medalhas para a categoria **Órgãos Públicos**: Rafael Coldibelli Francisco, Procurador-Geral do Estado, representando o Sr. Governador, pelo GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; Deputado Jerson Domingos, pela ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; Desembargador Josué de Oliveira, representando o Presidente, pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; Prefeito Nelson Trad Filho, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE; Vereador Paulo Siufi Neto, pela CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES CAMPO GRANDE; Aluizio Pessoa Frazão, pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/Seccional Mato Grosso do Sul; Diretor Regional João Rocha, pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS – ECT.

O Desembargador Vice-Presidente entregou as medalhas para a categoria **Órgãos Públicos**: General de Exército Renato Joaquim Ferrarezi, pelo COMANDO MILITAR DO OESTE; Tenente-Coronel Aviador Reynaldo Pereira Alfarone Junior, pelo COMANDO DA BASE AÉREA; Coronel Carlos Alberto David dos Santos, pelo COMANDO DA POLÍCIA MILITAR; Diretor-Geral Jorge Razanauskas Neto, pela POLÍCIA CIVIL; Superintendente José Rita Martins Lara, pela POLÍCIA FEDERAL; Superintendente Válder Aparecido Favaro, pela POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; Diretor Rudel Espíndola Trindade Junior, pela AGETTRAN; Carlos Alberto da Silva Martinez, representando o comandante, pelo CORPO DE BOMBEIROS; e Major Edmilson Lopes Cunha, pela CIPTRAN.

O Juiz-Membro Marco André Nogueira Hanson entregou as medalhas para a categoria **Órgãos Públicos e Empresas**: Sergio Ocampos, representando o Diretor-Presidente, pela UNIMED/Campo Grande; José Alcides, representando o Diretor Regional, pelo SESC/MS; Jose Carlos Alves Mira, pela PREFEITURA DO PARQUE DOS PODERES; Diretor-Presidente José Carlos Barbosa, pela SANESUL; Francisco dos Santos Junior, pela PROBANK; Desembargadora Tania Garcia de Freitas Borges, pela ESMAGIS; Desembargador Dorival Moreira dos Santos, pela AMANSUL; e Gerente de Relações Institucionais João Henrique de Abreu, pela Empresa OI.

O Juiz-Membro André Luiz Borges Netto procedeu à entrega das medalhas para a categoria **Empresas**: Paulo Robeiro Junior, pela QUALITAS PUBLICIDADE; Ricardo Nabhan de Barros, pela ZN PUBLICIDADE; Edson Germano, pela AGOSTO UNIFORMES; Francisco Maia, pela ZOOM PUBLICIDADE; Marcos César Américo dos Reis, pela TOP MÍDIA; e Enrico Carlos Feitosa, pelo GRUPO FEITOSA DE COMUNICAÇÃO.

O Juiz-Membro Marco André Nogueira Hanson entregou as medalhas para a categoria **Empresas de Televisão**: Jorge Elias Zahran, pela TV MORENA E JORNAL RMT *ONLINE*; Amaury Worms, pela TV CAMPO GRANDE; Salvador Rosa Sandim, pela TV GUANANDI; e Carlos Voges, pela TV BRASIL PANTANAL.

O Juiz-Membro Paulo Rodrigues procedeu à entrega das medalhas para a categoria **Empresas Jornalísticas**: Marcos Fernando Alves Rodrigues, pelo CORREIO DO ESTADO; José Roberto Moura Alves, pela FOLHA DO POVO; Rafael Vallér, pelo ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; Adiles do Amaral Torres, pelo PROGRESSO; e Antônio Alves dos Santos, pelo DIÁRIO MS DOURADOS.

4



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

O Juiz-Membro Marco André Nogueira Hanson entregou as medalhas para a categoria **Empresas – Rádios**: Marcelo Rodrigues, pela RÁDIO 94 FM; Luciano Medeiros, pela RÁDIO CULTURA CAMPO GRANDE AM; Representante da RÁDIO CAPITAL FM 95; Eva Maria, pela RÁDIO ATIVA 102 FM; Pio Lopes, pela RÁDIO FM UCDB; Marcelo Espíndola, pela RÁDIO UNIDERP FM; e Maria Marlene de Lima Santos, pela RÁDIO GLOBO AM 1140 E RÁDIO GUAICURUS, de Fátima do Sul.

O Juiz-Membro André Luiz Borges Netto entregou as medalhas para a categoria **Empresas – Jornais Online**: Lucimar Couto, pela CAMPO GRANDENEWS; Josemil Rocha Arruda, pela MS NOTÍCIAS; e Carlos Eduardo Belinetti Naegle, pela MIDIAMAX.

O Desembargador Luiz Carlos Santini entregou a medalha para a categoria **Autoridades Cívicas e Personalidades**: Desembargador VLADIMIR ABREU DA SILVA, Deputados JERSON DOMINGOS e PAULO JOSÉ ARAUJO CORREA, Dr. OLIVAR AUGUSTO ROBERTI CONEGLIAN, GÉRON DE SOUZA, FRANCISCO DOS SANTOS JÚNIOR, NORMA APARECIDA SEEFELDER POLETO, ADILSON CARVALHO PANIZZA e JOÃO MÁRCIO ESCOBAR.

Com a palavra **O SENHOR DESEMBARGADOR JESUS DE OLIVEIRA SOBRINHO**, primeiro Presidente desta Corte Regional de Mato Grosso do Sul, biênio 1979/1980: *Este Tribunal Regional Eleitoral está certamente convicto de que o vigor e a respeitabilidade de uma instituição, no caso da Justiça Eleitoral, resulta da prática cotidiana do exercício de atos em benefício da coletividade e do pleno exercício da cidadania. E com essa convicção, criou a medalha comemorativa dos 30 anos de existência do TRE/MS e agraciou aquelas pessoas físicas e jurídicas que, de alguma forma, contribuíram ao longo desses anos para o êxito das atividades realizadas. Desnecessário mencionar os que foram agraciados, já que todos nós presenciamos a relação que aqui foi lida e inclusive a entrega das mencionadas medalhas, estão orgulhosos, honrados e agradecidos por ter os seus nomes lembrados como parceiros na realização de um ideal que a todos nós anima, qual seja, eleições periódicas universais livres e que representam autenticamente a vontade manifestada pelo eleitor. Mas se esta solenidade objetiva comemorar os 30 anos de existência da Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul, parece-nos que devemos lembrar alguns episódios e a realidade do início da criação desta Corte Eleitoral e, até mesmo, remontar a um pouco antes para que se tome e que se lembre das condições em que era exercida a função do juiz eleitoral do Estado de Mato Grosso. Eu me valho da minha própria experiência, dando o meu testemunho de que no mês de março de 1968, quando assumi a 1.ª Vara da Comarca de Dourados, fui designado também a ocupar a Justiça Eleitoral da 18.ª Zona. Naquela época, essa zona eleitoral compreendia os municípios de Dourados, Itaporã, Caarapó e Naviraí. Todos eles hoje comarcas e zonas eleitorais independentes. Além desses municípios, eram 23 distritos, sendo um deles município de Angélica, distante de Dourados cerca de 130 km e, para lá chegar, tínhamos que atravessar os municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Ivinhema. À época não existiam ainda os municípios de Deodápolis e Vicentina. Além das dificuldades, da falta de estradas, da distância, o cartório eleitoral possuía um único funcionário cedido pela Prefeitura Municipal e estava instalado no terreno das dependências desta. Um pequeno cômodo de tábuas que nenhuma segurança oferecia e que ainda dava a impressão de que o cartório eleitoral era uma dependência da Prefeitura. Então eu tinha que tomar providências para tirar o cartório eleitoral daquelas condições e isso foi feito com a ajuda de pessoas desinteressadas, construindo no fórum local uma pequena repartição onde foi instalado o serviço eleitoral. Os deslocamentos eram feitos à custa do juiz eleitoral. Os senhores não imaginam deslocar cerca de 150 km de estradas de terra entre Dourados e Naviraí para orientar o pessoal que iria servir nas eleições sobre como melhor e seriamente desempenhar sua função. Presidimos as*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

eleições municipais 15 de novembro de 1970 e grande foi a nossa preocupação para que não chovesse naquele dia, a fim de que as urnas pudessem vir daquelas longínquas localidades, logo após encerrado o pleito eleitoral. No final de 1970, viemos para Campo Grande e também fomos designados juiz eleitoral da 8.ª Zona Eleitoral. Naquela época, essa zona eleitoral compreendia o município de Campo Grande, Rias do Rio Pardo, Bandeirantes, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Sidrolândia. O cartório encontrava-se instalado num verdadeiro porão do prédio do fórum da Rua 26 de Agosto. Ali, encontravam-se dois abnegados servidores da Justiça especializada, entre eles o já lembrado ECYCLES FERREIRA, que depois veio a exercer a Diretoria-Geral desta Corte por longos anos e deu uma contribuição extraordinária para o desenvolvimento da Justiça Eleitoral neste Estado, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. A Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, dispôs que, até a sua quinta sessão ordinária, o Tribunal de Justiça deveria eleger os membros do TRE/MS, que deveria ser instalado no primeiro dia seguinte à eleição. E o Tribunal de Justiça do Estado, sob a presidência do saudoso e querido Desembargador LEÃO NETO DO CARMO, querendo dar uma resposta rápida ao povo sul-mato-grossense, no grande benefício que a divisão do Estado trouxe ao Poder Judiciário, logo na segunda sessão ordinária, que foi realizada em 22 de fevereiro daquele ano, foi procedida à eleição dos primeiros membros deste Regional. Foram eleitos: o meu nome e o do Desembargador SÉRGIO MARTINS SOBRINHO, na classe de Desembargador; na classe de juiz de Direito, Dr. MÍLTON MALULEI, que depois veio a ser Presidente desta Corte, já como desembargador, e Dr. JOSÉ NUNES DA CUNHA. Para representar a classe de juiz federal, o Tribunal Federal de Recursos, à época, designou o Dr. CLÓVIS DE MELO, cuiabano inteligente que, naquela época, exercia as suas funções na 9.ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Simultaneamente, o Tribunal, como mandava a lei complementar, organizou a lista com seis nomes de advogados para, dentre eles, o Presidente da República nomear os dois primeiros que iriam integrar esta Corte na sua primeira composição. Compuseram a referida lista: HEITOR MEDEIROS, CARLOS STEPHANINI, GUALTER MASCARENHAS BARBOSA, AUGUSTO JOSÉ CORRÊA DA COSTA, ABDALLA JALLAD e ARCY GONÇALVES. Posteriormente, diante do pedido de exclusão de seus nomes, formulado por Augusto José Corrêa da Costa e seu substituto, Carmelindo Rezende, o Tribunal designou SHINISHIRO HIGA e JÚLIO NIMER. Feita a escolha dos membros desta Casa, em 22.02.1979, no dia 30 o Tribunal foi instalado e eleita a sua primeira diretoria, recaindo a Presidência à minha pessoa e a Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral ao Desembargador SÉRGIO MARTINS SOBRINHO. Logicamente, deveria funcionar um Procurador Regional Eleitoral, que é oriundo da Procuradoria da República, hoje Ministério Público Federal. Como na época não existia a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul nem a Procuradoria da República, por indicação da Presidência, foi nomeado para que funcionasse até que viesse o titular o Dr. DAVI ROSA BARBOSA, que até 1980 deu o concurso da sua inteligência e o seu tirocínio profissional em benefício da consolidação do TRE/MS. Medidas tinham que ser tomadas porque a Corte tinha que funcionar. E isso foi possível graças ao apoio do Poder Executivo, representado à época pelo Dr. HARRY AMORIM COSTA, que não se absteve em fornecer todos os recursos materiais e de pessoal possível para que a Corte funcionasse. Somente no final de 1980 é que foi aprovado o quadro de servidores efetivo do TRE/MS. Apesar das dificuldades, já no início daquele ano, a augusta Assembleia Legislativa solicitou que fossem realizados plebiscitos para a criação dos seguintes municípios no Estado de Mato Grosso do Sul: São Gabriel do Oeste, Taquaruçu, Tacuru, Sete Quedas, Bodoquena, Itaquiraí, Vicentina e Costa Rica, hoje todos pujantes municípios. Apesar das dificuldades, o Tribunal baixou as instruções para que fossem realizados plebiscitos a tempo de possibilitar a eleição dos futuros prefeitos e vereadores.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

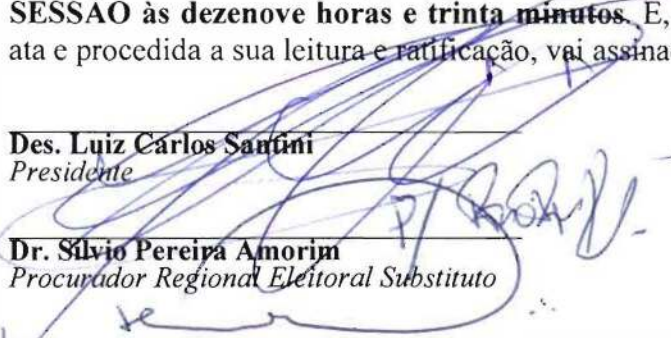
Vendo a ata da segunda sessão extraordinária desta Casa, datada de 23.4.1980, eu até me permito mencionar o nome de um juiz que presidiu uma das Juntas Eleitorais, e cuja saída da magistratura deixou muitas saudades. Eu me refiro ao amigo ABRÃO RAZUK, aqui presente, a quem coube presidir a 15.ª Zona Eleitoral de Miranda para a criação do município de Bodoquena. A posse dos juízes da classe dos advogados deu-se em novembro de 1979, com a nomeação realizada pelo Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, recaindo nas pessoas de GUALTER MASCARENHAS BARBOSA e SHINIISHIRO HIGA. A continuidade dos trabalhos deu-se com as eleições de 1982, presididas, à época, pelo Desembargador Sérgio Martins Sobrinho, quando foi eleito governador do Estado Wilson Barbosa Martins. Já naquela época este Tribunal despontou no cenário nacional como um dos mais ágeis e eficientes do país, qualidade que ele vem conservando e até melhorando ao longo do tempo de sua existência. Realmente, este Tribunal é hoje um líder no que se relaciona ao processo eleitoral. Testemunhei eleitores comparecerem ao cartório para preencher formulários manuscritos. Naquele época, só o alfabetizado poderia votar. Hoje estamos vendo o Tribunal noticiando que o cidadão poderá se inscrever eleitor, inclusive por intermédio da internet. Observamos que esta Casa, ao longo dos anos, não só desenvolveu nas suas instalações físicas. Lembro-me dos primeiros tempos quando nos instalamos num pequeno prédio na Rua da Liberdade, onde não havia espaço para mais de dez pessoas, com mobiliário totalmente simples. Hoje nos alegramos pelo fato de que este Regional está bem instalado e os seus juízes têm alguma condição de conforto para desenvolver bem as suas atividades, e que o eleitor também é recebido nas condições dignas que merece. Esse progresso não se deu apenas fisicamente no âmbito da sede do Tribunal, que construiu um anexo. Mas também vemos o majestoso prédio que abriga os cartórios eleitorais desta Capital, e também os cartórios do interior estão bem instalados, muitos em prédios próprios. E o mais importante é que antes todos os servidores da Justiça Eleitoral eram pessoas cedidas pelo Estado ou pelo Município, o que de certa forma deixava alguma preocupação com a possibilidade de sofrerem alguma pressão daqueles que os indicavam. Hoje este Tribunal tem um quadro bem dimensionado e as zonas eleitorais são dirigidas por pessoas subordinadas diretamente por esta Corte Eleitoral. Além desse progresso na área física, o mais importante foi a modernização com o aproveitamento da tecnologia de forma a permitir que a inscrição eleitoral se faça com a maior rapidez e segurança, e que as eleições se realizem de forma competente porque mediante o processo de informática o Tribunal tem uma comunicação direta com as zonas eleitorais, conhecendo as suas dificuldades, transmitindo orientações e, na época da realização das eleições, acompanhando pari passu a votação, dando assistência nos casos necessários e recebendo os resultados com espaço de tempo jamais imaginado naqueles 30 anos que nós iniciamos o exercício da Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul. Estão de parabéns todos aqueles que ao longo desses 30 anos colaboraram efetivamente para o engrandecimento desta Justiça especializada. Nesse meio nós contamos com o quadro de seus servidores que sempre se distinguiram pela abnegação, dedicação e competência. Nós, que sabemos que nesta Corte há uma renovação de seus membros a cada dois anos, o conhecimento e a experiência dos servidores são fundamentais para que esta Casa mantenha o seu processo de desenvolvimento e de eficiência. Vejo aqui presente um antigo servidor da minha época, ESTÊNIO PREZA DE MATTOS, responsável pelos recursos financeiros do Tribunal. Gostaria de lhe dizer, particularmente nós daquela época, o chamávamos de Tio Patinhas, tal era a avareza com que manejava os recursos financeiros do Tribunal. Mas é hora de encerrar. E nesta hora quero invocar a proteção de Deus sobre esta Casa para que, ao comemorar o seu cinquentenário, e depois o seu centenário, esteja gozando do mesmo prestígio, admiração e confiança com que hoje desfruta perante o povo sul-mato-grossense.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

A seguir, o pronunciamento do Presidente deste Regional, **O SENHOR DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS SANTINI**: *Trinta anos se passaram. Os senhores ouviram do Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho, primeiro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, a história de como era a Justiça Eleitoral naquela época. Se hoje nós temos um prestígio em nível nacional – a despeito de sermos um Estado com somente 1.600.000 eleitores, que perto dos demais Estados não tem peso político muito relevante –, isso se deve a tudo aquilo que foi construído. E a ideia de se fazer esta homenagem às pessoas que colaboraram para que pudéssemos chegar aonde chegamos, sejam elas no campo do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Executivo pelos seus órgãos de segurança ou nos representantes das concessionárias de serviço público ou representantes da mídia, é porque entendo que quem sem passado não tem futuro. É o passado que nos leva a meditar no que fizemos de certo e no que fizemos de errado e como poderemos no futuro evitar os mesmos erros. Portanto, entendo que relembrar o passado e homenagear aqueles que trabalharam e construíram o passado, com todos os seus acertos e erros, é o que nos fornece elementos para encontrarmos o futuro. O futuro do nosso exercício do poder jurisdicional eleitoral, o futuro de manter este país belo, alegre, numa república representativa em que a representação da vontade do cidadão seja efetivamente aplicada e verificando qual a finalidade para a qual exista a própria representação. Essa é a nossa responsabilidade. Se nós, até agora no Poder Judiciário Eleitoral, conseguimos fazer algo que tivesse uma eficácia adequada, deve-se àquelas pessoas que nós, humildemente, com uma simples medalha fizemos a homenagem. Esse passado não pode ser esquecido, não é para ser imitado, mas para ser meditado, para que possamos construir o futuro que desejamos à Nação brasileira e que essa República Federativa representativa e democrática alcance no conjunto das nações a posição que ela efetivamente merece. E isso só faremos meditando sobre o passado, exercendo a nossa responsabilidade, a nossa atividade de dirigir o processo de representantes cada vez melhor para que o homem que o compõe seja o senhor absoluto de toda a história, o cidadão que possa dizer: “é assim que eu quero que o Estado seja administrado”, respeitando os limites que a própria ordem jurídica o coloca. O que tenho a dizer é muito obrigado aos senhores que permitiram que nós, hoje, pudéssemos presidir um Tribunal em um Estado cuja população é de 2 milhões de habitantes e de 1.600.000 eleitores, possa ter uma projeção em nível nacional. Agradeço também aquelas pessoas que foram homenageadas, que colaboraram gratuitamente e desprendidamente colaboraram para que este Tribunal conseguisse alcançar o que alcançou. Senhoras, Senhores, autoridades presentes, espero que, no tempo que me resta na Presidência da próxima eleição consiga honrar os nomes daqueles que no passado construíram e de todos aqueles que, hoje homenageados, dedicaram tempo de suas vidas para que nós chegássemos aonde chegamos. Espero que eu possa honrar esse nome. Muito obrigado.*

Agradecendo a todos pela presença, o Desembargador Presidente declarou **ENCERRADA A SESSÃO às dezenove horas e trinta minutos**. E, para constar, depois de digitada a presente ata e procedida a sua leitura e ratificação, vai assinada por:


Des. Luiz Carlos Santini
Presidente


Dr. Silvio Pereira Amorim
Procurador Regional Eleitoral Substituto


Alir Terra Lima Tavares
Secretária da Sessão